

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

UMA USINA HIDROELÉTRICA E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS: UM EXERCÍCIO DO RECONHECIMENTO CONTÁBIL DA PERDA DE UMA ESPÉCIE PELO ESTUDO DE CASO DA BROMÉLIA DYCHIA DISTACHIA HASSLER.

**Alessandra de Lima Marques** (UFRJ) - alessandramarques@facc.ufrj.br

*Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da UFRJ - PPED e Professora Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro FACC/UFRJ.*

**Carlos Eduardo Frickmann Young** (UFRJ) - carloseduardoyoung@gmail.com

*Doutor em Economia pela University College London (1997). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento*

**Aracéli Cristina de Sousa Ferreira** (UFRJ) - araceli@ufrj.br

*Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro atuando no Programa de Mestrado em Ciências Contábeis. É International Associates do CSEAR.*

**UMA USINA HIDROELÉTRICA E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS: UM  
EXERCÍCIO DO RECONHECIMENTO CONTÁBIL DA PERDA DE UMA  
ESPÉCIE PELO ESTUDO DE CASO DA BROMÉLIA *Dychia Distachia Hassler*.**

**RESUMO**

O objetivo desse trabalho é descrever a forma de reconhecimento contábil praticada pelas empresas do setor elétrico, a exemplo da Barra Grande Energética S.A – BAESA – e comparar essas práticas com as Leis e Normas Internacionais vigentes no Brasil vis a vis o cumprimento das mesmas pela Agência Reguladora (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL). Para consecução desses objetivos foi realizada uma pesquisa documental e uma análise bibliográfica dos documentos públicos da hidroelétrica em questão. Como resultado desse exercício fica evidente que as práticas contábeis de reconhecimento de impactos socioambientais, muitas vezes irreversíveis, como é o caso da extinção *in situ* da *Dychia Distachia Hassler* (uma espécie de bromélia) realizadas pelas empresas do Setor Elétrico deixa de atender às Normas Nacionais e Internacionais e às Leis vigentes no país.

**RESUMO EXPANDIDO**

Como resultado dos tratados assinados nas convenções sobre meio ambiente, e destacadas as questões sobre a energia, o Setor Elétrico Brasileiro, criado em 1987, começou a se preocupar não somente com o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, mas também a considerar os custos socioambientais relativos aos grandes projetos de investimento no setor. A seleção e a identificação dos impactos causados pela atividade hidroelétrica basearam-se no documento Referencial para a Orçamento dos Programas Socioambientais, para as usinas de geração de energia, preparado em 1994 pelo Comitê Organizador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico (COMASE).

Em 2006, a Empresa de Pesquisa Elétrica (EPE) publicou um relatório sobre “A questão socioambiental no planejamento da expansão da oferta de energia elétrica”. O relatório aborda as Diretrizes e Indicadores de Sustentabilidade para o Planejamento da Expansão de Energia, as Metodologias para Estudos Socioambientais de Geração e Transmissão, o Plano Decenal de Energia Elétrica (PDEE-2006/2015) e o Acompanhamento do

Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos Elétricos (Brasil, 2006), com o intuito de inserir o Setor Elétrico Brasileiro no âmbito das discussões sobre as questões ambientais e da relevância dos empreendimentos para o desenvolvimento econômico do país.

Sabe-se que os custos socioambientais têm sido expressivos nos empreendimentos mais recentes, ultrapassando às vezes o valor de algumas contas tradicionalmente consideradas de maior significado nos projetos setoriais. Verifica-se, ainda, uma significativa diferença entre os custos socioambientais orçados e aqueles efetivamente realizados. Isto se deve, em parte, às dificuldades conceituais e operacionais relacionadas à identificação e à contabilização dos custos socioambientais. Com relação às dificuldades operacionais, verifica-se que o sistema contábil adotado pelo Setor Elétrico não é compatível com a relevância dos custos socioambientais e com as necessidades de planejamento e controle que a magnitude dos valores envolvidos exige.

O presente estudo tem, portanto, o objetivo de descrever a forma de reconhecimento contábil praticada pelas empresas do setor elétrico, a exemplo da Barra Grande Energética S.A – BAESA – e comparar essas práticas com as Leis e Normas Internacionais vigentes no Brasil vis a vis o cumprimento das mesmas pela Agência Reguladora (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL). O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, publicado pela ANEEL desde 2001 e revisado em 2015, será analisado à luz da Lei das Sociedades por Ações, das Normas Internacionais de Contabilidade e da Norma ITG 2004 (ainda em processo de elaboração).

Em relação à metodologia, realizar-se-á uma pesquisa documental, propiciada pela análise dos documentos públicos emitidos pela BAESA, com as limitações de informações divulgadas pela mesma, para descrever a forma como o reconhecimento contábil dos impactos socioambientais é realizada. A comparação será propiciada pela análise bibliográfica dos fundamentos teóricos existentes no Arcabouço Conceitual da Contabilidade Nacional e Internacional.

Segundo os valores retirados das Demonstrações Contábeis Padronizadas emitidas pela BAESA, de 2005 à 2013, é possível perceber os valores reconhecidos como um passivo e outros reconhecidos como gastos no exercício, que impactaram diretamente o caixa da entidade. Como resultado de uma provisão reconhecida em função da Licença de Operação 447/2005 emitida pelo IBAMA (contendo 76 condicionantes), entre elas o resgate da *Dyckia Distachia Hassler*, espécie (na época) ameaçada de extinção, estão

valores que são apresentados de 2006 em diante no montante de R\$ 53 milhões e em 2013 foi apresentado um valor de R\$ 673 mil, que não fica claro nas Notas Explicativas e foram pagos ou reconhecidos ano a ano.

Como dados obtidos na análise, observa-se que no Exercício Social de 2005, quando a entidade obteve sua licença de operação, ocorreu um dispêndio de caixa no valor de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) e não houve qualquer menção de reconhecimento de uma Provisão relativa às Obrigações Socioambientais, dados que resultam em um impacto significativo no caixa da empresa.

É evidente que a orientação proposta pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico deixa de atender às Normas Nacionais e Internacionais e às Leis vigentes no país, o que impacta de forma significativa a viabilidade econômico-financeira de empreendimentos hidroelétricos de médio e grande porte, responsáveis por impactos socioambientais muitas vezes irreversíveis, como é o caso da extinção *in situ* da *Dyckia Distachia Hassler*, uma espécie de bromélia.